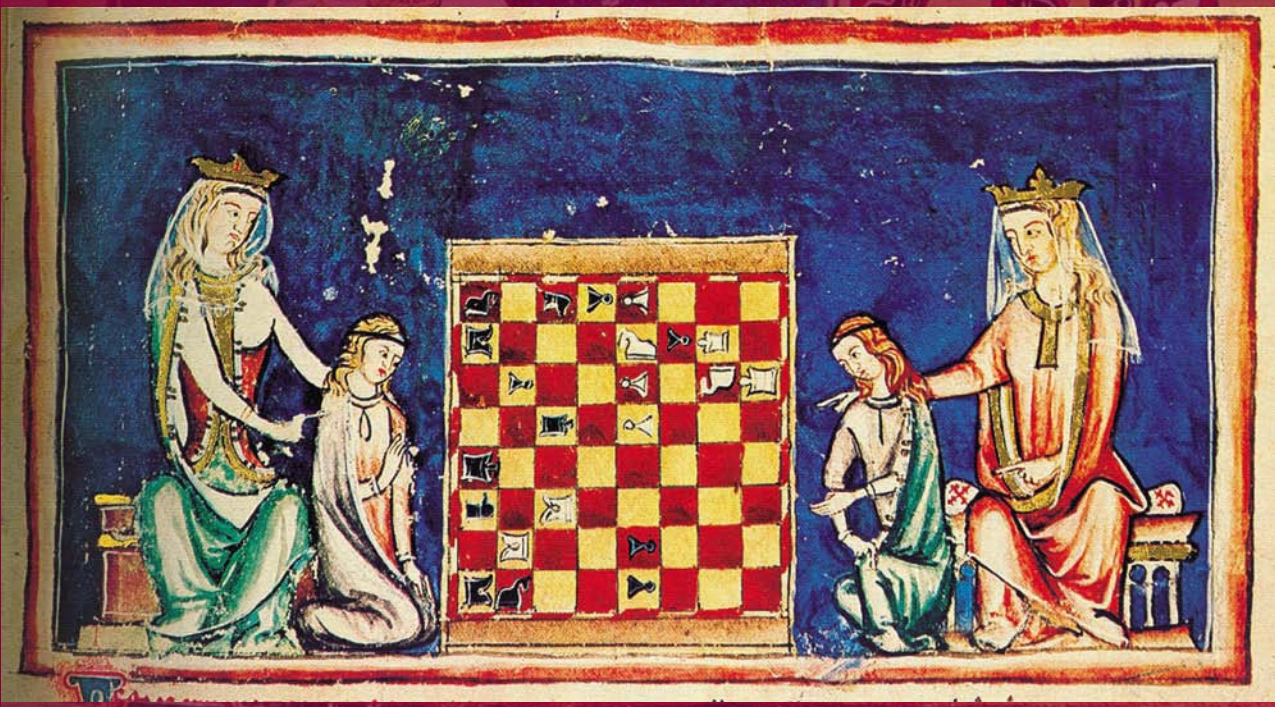


## LAS MUJERES EN LA EDAD MEDIA

M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso - Juan Francisco Jiménez Alcázar (Coords.)



Monografías de la Sociedad  
Española de Estudios Medievales

3

M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso  
Juan Francisco Jiménez Alcázar  
(Coords.)

*LAS MUJERES EN LA EDAD MEDIA*

MURCIA-LORCA

2013



Sociedad  
Española de  
Estudios  
Medievales



Título: *Las mujeres en la Edad Media*  
Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 3

*Coordinadores:*

M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso  
Juan Francisco Jiménez Alcázar

*Comité organizador:*

M<sup>a</sup> Antonia Carmona Ruiz, M<sup>a</sup> Concepción Quintanilla Raso y Cristina Segura Graño

*Comité Científico:*

Salvador Claramunt Rodríguez; Carlos de Ayala Martínez; Flocel Sabaté Curull; María Asenjo González; Carlos Barquero Goñi; José Vicente Cabezuelo Pliego; M<sup>a</sup> Antonia Carmona Ruiz; José Antonio Fernández Flórez; Etelvina Fernández González; Francisco García Fitz; Manuel González Jiménez; Juan Francisco Jiménez Alcázar; Fernando López Alsina; M<sup>a</sup> Concepción Quintanilla Raso; Nicasio Salvador Miguel; M<sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso.

Los estudios que componen esta monografía han sido evaluados y seleccionados por expertos externos a través del sistema de pares ciegos.

© De los textos: los autores

© De la edición: Sociedad Española de Estudios Medievales y Editum.

ISBN: 978-84-941363-5-1

Depósito Legal: MU 1184-2013

Fotocomposición e impresión: Compobell.

# ÍNDICE

<i>Prólogo</i>	
M <sup>a</sup> Isabel del Val Valdivieso y Juan Francisco Jiménez Alcázar .....	11

## 1. EL MARCO GENERAL

<i>El signo de la libertad femenina hace historia de las mujeres</i>	
M <sup>a</sup> Milagros Rivera Garretas.....	17

<i>Las mujeres medievales. Perspectivas historiográficas</i>	
Cristina Segura Graíño .....	33

## 2. ENTRE LA FAMILIA Y LA COMUNIDAD

<i>Femmes et justice en Aragon a la fin du Moyen Âge (XV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècle). Des résistances féminines à l'ordre matrimonial</i>	
Martine Charageat .....	57

<i>El ajuar doméstico y personal de las mujeres en la sociedad urbana andaluza del siglo XV</i>	
Ricardo Córdoba de la Llave .....	77

<i>Familia, mujeres y repoblación en el Reino de Granada</i>	
M <sup>a</sup> Teresa López Beltrán.....	115

<i>Conflictos por dotes y arras en la Castilla bajomedieval</i>	
Roberto J. González Zalacain.....	145

<i>La mujer a través de los testamentos valencianos</i>	
Dolores Guillot Aliaga .....	153

## 3. EL TRABAJO FEMENINO

<i>La cultura del trabajo femenino en la Murcia bajomedieval</i>	
María Martínez Martínez y Ángel Luis Molina Molina .....	173

*Las mujeres y los trabajos relacionados con la muerte en la Baja Edad Media*  
Ana del Campo Gutiérrez..... 203

*Participación de las mujeres en la economía urbana del País Vasco durante la Baja Edad Media*  
Janire Castrillo Casado ..... 213

*Las mujeres trabajadoras en las industrias de Valencia a finales del siglo XIV e inicios del XV*  
Iván Martínez Araque ..... 223

#### **4. EN EL MUNDO DEL PODER**

*O protagonismo da mulher na política da dinastia de Avis*  
M<sup>a</sup> Helena da Cruz Coelho..... 243

*Las mujeres de la Orden de San Juan en la Península Ibérica durante los siglos XII y XIII* ..... 259  
Carlos Barquero Goñi

*María de Molina, reina madre entre la Literatura y la Historia*  
Carmen Benítez Guerrero ..... 267

*Queenship: teoría y práctica del ejercicio del poder en la Baja Edad Media castellana*  
Diana Pelaz Flores ..... 277

*Doña Mencía o un matrimonio que no logró separar un reino*  
Paz Romero Portilla ..... 289

#### **5.- CREENCIAS, COSTUMBRES, CULTURAS**

*Mulieres religiosae, predicación femenina y expectativas y actuaciones de doña María de Castilla, reina de Aragón*  
M<sup>a</sup> Carmen García Herrero ..... 299

*De beatas a monjas: procesos significados políticos de la institucionalización laical femenina en la Edad Media Tardía (Córdoba, 1464-1526)*  
M<sup>a</sup> Mar Graña Cid ..... 329

<i>Feminidad e identidad: las judeoconversas en el Aragón bajomedieval y la celebración del Shabat</i>	
Miguel Ángel Motis Dolader .....	347
<i>“Su belleza es su perdition”: mujer y sexualidad. El ejemplo de Castilla, 1200-1350</i>	
Ana Estefanía Ortega Baún .....	363
<i>La interpretación de la mujer en la obra de Gonzalo de Berceo</i>	
Juan Antonio Ruiz Domínguez .....	375
<i>La problemática de la autoría femenina en la Edad Media: una lectura política en la Castilla de la primera mitad del siglo XV</i>	
Covadonga Valdaliso Casanova .....	383

# O PROTAGONISMO DA MULHER NA POLÍTICA DA DINASTIA DE AVIS

Maria Helena da Cruz Coelho

A nova dinastia de Avis, que ascende ao poder em Portugal nos finais do século XIV, percorre diversos caminhos para se legitimar, consolidar e transmitir. Caminhos de paz e de guerra, por entre batalhas jurídicas e militares, caminhos de governo forte dentro do reino e de expansão para além dele, caminhos de memória, de propaganda e de diplomacia, que a projectam no seio da cristandade. E no todo desta orquestrada política, a circulação das mulheres destinadas ao matrimónio foi um instrumento fundamental e bem afinado. Vieram mulheres de outros reinos para o de Portugal, emigraram umas quantas para diversos outros, contribuindo todas elas para dar coesão à jovem dinastia e linhagem de Avis. Firmando-a no interior de um reino e unindo-a aos destinos de muitos outros.

Se como todos os historiadores sabem – e por maioria de razão os medievalistas que estudam a génese das instituições e das sociedades – que o elemento feminino dos grupos aristocráticos é um bem valioso no contexto político das alianças matrimoniais entre linhagens, não menos estão conscientes que, quando de uma infanta se trata ou quando uma mulher é disputada por um rei, esse bem se torna superiormente relevante.

Não insistiremos neste tópico, conhecido e incontroverso. Na certeza de que na realeza de Avis ele está presente e assume uma dimensão estruturante da linhagem real, da sua legitimação e mesmo da sua projecção além fronteiras.

**1.** A realeza de Avis tem como pedra angular João, filho natural do rei D. Pedro e de Teresa Lourenço. Já a linhagem de Avis tem o seu fundamento no casal régio D. João I e D. Filipa de Lencastre.



João fora em criança destinado à carreira eclesiástica e, com apenas sete anos, viu-se elevado a Mestre de Avis<sup>1</sup>.

Tal parecia ser o seu futuro, mas circunstâncias várias, que agora não poderemos detalhar – desde logo o casamento, em 1383, de Beatriz, a herdeira do trono de Portugal, com D. Juan I de Castela – projectaram D. João, Mestre de Avis, a um destino impensado.

Após dois anos convulsivos, a conhecida crise de 1383-1385, nas Cortes de Coimbra, a 6 de Abril de 1385, D. João é aclamado rei de D. Portugal para, a 14 de Agosto, vencer nos campos de Aljubarrota, o exército de D. Juan I de Castela. E eis o Mestre de Avis, filho natural de D. Pedro e irmão de D. Fernando, último monarca da primeira dinastia, assim legitimado juridicamente como rei em Cortes, e depois também pelas armas, naquela que ficou conhecida como a batalha real. D. João é então já rei, o rei fundador de uma nova dinastia, a de Avis, ainda que a sua realeza se tenha de afirmar ao longo do seu governo, no interior como no exterior do reino.

Para esse rei foi preciso escolher esposa, a fim de que a coroa tivesse sucessores e se garantisse a continuidade e a herança reprodutiva do poder real. Segundo nos relatam as fontes documentais e cronísticas, a escolha da rainha não coube a estranhos mas ao próprio rei.

Os povos, nas Cortes de Coimbra de 1385, pediram ao monarca que as reunisse para auscultar a sua vontade em assuntos maiores como a guerra, a paz, a quebra da moeda e o casamento<sup>2</sup>. E, neste último particular, tinham como memória próxima a união de D. Fernando com D. Leonor Teles, que nunca lhes agradou pelo reforço do poder nobiliárquico que representou. D. João negou-se, quanto à última cláusula, a estar sujeito a qualquer constrangimento, exigindo inteira liberdade para escolher mulher e rainha. E fundamentou a sua recusa na livre actuação dos seus antecessores, o que justamente os povos tinham em má lembrança no caso do seu meio-irmão. Com esta atitude, o homem João reclamava uma liberdade pessoal de escolher mulher. Com esta atitude, o rei D. João reclamava uma liberdade política de escolher rainha.

Esta vontade expressa em Cortes, e que depois se retoma na prosa da segunda parte da *Crónica de D. João I*<sup>3</sup>, tem, evidentemente, matizes. Na verdade, D. João

1 Sobre o rei D. João I podem ler-se as recentes biografias de COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Temas e Debates, Lisboa, 2008; *D. João I, o de Boa Memória*, QuidNovi, Matosinhos, 2009.

2 CAETANO, Marcello, *A Crise nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*, Verbo, Lisboa-S. Paulo, 1985, p. 112.

3 LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom Joham I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o Decimo*.



aconselhou-se com os seus privados mais íntimos, com os seus conselheiros, embora de nenhuma maneira pareça ter sido forçado a uma decisão contrária ao seu querer.

Na concretização da sua escolha a preferência por uma noiva inglesa era quase óbvia, quando, como bem o sabemos, foi em Inglaterra que o Mestre, logo em 1383, procurou apoio para a sua causa, tendo aí sido recrutados homens de armas experimentados, que foram um significativo auxílio na batalha de Aljubarrota.

Em Maio de 1386, estabelecia-se, então, entre o rei Ricardo II de Inglaterra e D. João I, rei de Portugal, o tratado de Windsor<sup>4</sup>. Tratava-se de uma tríplice aliança – militar, política e comercial –, comprometendo-se ambos os soberanos à ajuda mútua contra qualquer inimigo, do mesmo modo que haveria livre circulação comercial entre os dois reinos. Na sequência do mesmo, D. João I apoiou o duque de Lencastre, João de Gand, nas suas pretensões ao trono castelhano, dado o seu segundo casamento, em 1371, com D. Constança, filha de D. Pedro I de Castela, apoio que se traduziu em campanhas militares anglo-lusas por terras de Leão e Castela, que decorreram em 1387. Tal compromisso foi selado, como habitualmente, com uma aliança matrimonial.

Justamente quando o casal ducal desembarcou na Corunha, em 1386, trazia consigo, como jovens casadoiras, Filipa, a filha primogénita de João de Gand e de Branca de Lencastre, e Catarina, a filha de João de Gand e de D. Constança. Qualquer destas opções matrimoniais teria sido ponderada, mas sempre tendo em vista o reforço político do reino de Portugal frente a Castela.

D. João acabou por rejeitar uma união com Catarina. Segundo as palavras que Fernão Lopes coloca na sua boca, assim actuava “porque lhe parecia casamento com mestura daroydo de nunca perder guerra quem com ella casasse por aazo da herança que sua madre emtedia daver no regno de Castella”<sup>5</sup>. D. João não pretendia, assim, reclamar qualquer direito sobre Castela, o que Catarina e o seu partido representavam. De Castela só exigia o respeito pelos seus direitos ao trono de Portugal.

Optou pelo reforço da aliança inglesa na busca da paz. Preferiu então Filipa, uma senhora plenamente inglesa, descendente da dinastia régia dos Plantagenetas

*Parte Segunda*, por William J. ENTWISTLE, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977, cap. XCI.

<sup>4</sup> Para conhecer, em traços gerais, este tratado, leia-se FONSECA, Luís Adão da, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1986.

<sup>5</sup> LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom Joham I*, *Parte Segunda*, cap. XCI.

e da rica casa ducal de Lencastre. E, logo a 2 de Fevereiro de 1387, na cidade do Porto, D. João I casou com D. Filipa de Lencastre<sup>6</sup>.

O casal impunha-se pela maturidade dos anos e pela grande experiência de vida. O rei estava quase a chegar aos 30 anos de idade. A inglesa rainha era também uma mulher madura, nos seus vinte e sete anos, quando se concretizava a ritualidade da passagem para o seu novo estado de casada. Teria o carácter perfeitamente moldado, ideias muito próprias e uma cultura consolidada. Todavia não se encontrava já na idade de maior fertilidade das mulheres. E se toda a mulher jogada na estratégia do casamento tinha por missão procriar, garantindo a continuidade da linhagem<sup>7</sup>, uma rainha exponenciava esse papel, já que devia dar à luz um ou mais filhos varões, que assegurassem a herança da realeza e a sucessão do trono.

D. João e D. Filipa tinham contra eles a idade já avançada e não menos o clima de guerra em que viviam, pouco propício à intimidade do convívio conjugal.

Mas, por fortuna, esta rainha assumiu-se como um prodigioso exemplo de mulher fértil em tempos medievais. Colocou no mundo oito crianças, morrendo duas e sobrevivendo cinco rapazes e uma rapariga. A sua fertilidade foi penhor da linhagem de Avis. Logo ha sua primordial missão como rainha e mulher estava cumprida. Como tal Fernando Pessoa, na lírica esotérica da sua *Mensagem*, apelida-a:

“Humano ventre do Império,

Madrinha de Portugal!”<sup>8</sup>

A esta prole numerosa terá D. Filipa dedicado o melhor do seu tempo e saber para bem a educar e preparar para a vida, não deixando de a familiarizar com

6 Sobre D. Filipa veja-se, entre outros, o artigo de ENTWISTLE, W. J. ; RUSSEL, P. E., “A Rainha D. Filipa e a sua Côrte”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, 1940, pp. 319-346 e as obras de ROCHE, T. W. E., *Philippa. Dona Filipa of Portugal*, Phillimore, London and Chichester, 1971 e RUSSELL, P. E., *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, trad. port., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000, COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I...* e OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *Rainhas medievais de Portugal. Dezassete mulheres, duas dinastias e quatro séculos de história*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2010, pp. 391-432; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. Filipa. A inglesa rainha*, QuidNovi, Matosinhos, 2011. Uma biografia mais desenvolvida deve-se a SILVA, Maria Manuela Santos, *Filipa de Lencastre (1360-1415), a rainha inglesa de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.

7 Sobre as estratégias linhagísticas e patrimoniais do casamento entre famílias nobres, ainda que para épocas mais recuadas, leia-se COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina, “A mulher como um bem e os bens da mulher”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio*, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1986, vol. I, pp. 5-44.

8 PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Edições Ática, Lisboa, 1963, 7<sup>a</sup> ed., p. 33.

os costumes ingleses e de lhes incutir o respeito e admiração pelos feitos dos antepassados da sua linhagem.

E pela épica de *Os Lusíadas* este modelo de uma “Ínclita geração”, una, virtuosa, cavaleiresca e culta, assumiu-se como um valor mítico da memória nacional dos portugueses, que ressoa vibrantemente na prosa oitocentista de Oliveira Martins<sup>9</sup> ou nos versos pessoanos:

“Que enigma havia em teu seio

Que só génios concebia?”

D. Filipa dobrava, assim, o seu protagonismo de progenitora com o de educadora, assumindo-se como um modelo de rainha, mãe e mestra.

Mas, para além disso, ela foi ainda rainha e senhora<sup>10</sup>.

D. Filipa dispôs de casa própria logo após os seu casamento. D. João, depois das bodas, reuniu Cortes no Porto, na segunda quinzena de Fevereiro de 1387, em que instituiu a casa do rei e a da rainha<sup>11</sup>. Desde então D. Filipa contava com rendimentos e oficiais próprios, que lhe davam autonomia, garantindo-lhe a possibilidade de ter uma itinerância e uma vida separada da do monarca, circulando por paços e residências diversas. Mas D. Filipa frequentou também, com grande assiduidade, a corte régia.

E nessa corte, como rainha, D. Filipa tinha por dever e missão ser cabeça do gineceu de donas e donzelas que a compunham<sup>12</sup>. Ela devia ser o superior exemplo de valores e comportamentos a seguir e a imitar. Ela devia ser a senhora, a mãe, a educadora, que modelava os corações e as vontades das jovens adolescentes da nobreza, que se preparavam para o casamento com um qualquer senhor, tantas vezes vassalo do rei. Com ela interiorizariam os princípios da fé e da moral cristãs, aprenderiam as normas, etiquetas e comportamentos da corte, adquiririam

9 CAMÕES, Luís Vaz de, *Lusíadas*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa PIMPÃO, apresentação de Aníbal Pinto de CASTRO, Instituto Camões, Lisboa, 2000, 4.<sup>a</sup> ed., canto IV.

10 MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Guimarães & C<sup>a</sup> Editores, Lisboa, 1983.

11 Para um confronto da imagem das rainhas veiculada pelos cronistas leia-se VICENTE, Maria Manuela Ferreira dos Santos, *Rainha, paradigma de mulher (Idade Média Portuguesa)*, Universidade Lusófona, Lisboa, 2000 (dissertação de mestrado policopiada).

12 Veja-se, a este propósito, o artigo de SILVA, Manuela Santos, “A casa e o património da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da casa das rainhas na Idade Média”, *Revista Signum*, 11, n. 2 (2010), pp. 207-227.

13 Sobre a construção dos modelos aplicáveis a estas jovens da nobreza ou a outras de diferentes estratos sociais com vista ao desempenho dos múltiplos papéis femininos, leia-se, ente outras, a obra de PHILLIPS, Kim M., *Medieval Maidens. Young women and gender in England. 1270-1540*, Manchester University Press, Manchester-New York, 2003.

conhecimentos e cultura pela “chã conversação” e pelos livros. Depois as suas casas, irradiando da corte, seriam os pólos reprodutores das condutas morais, aristocráticas e cultas, que revitalizariam o reino, fidelizando os súbditos ao poder, cada vez mais encenado e ritualizado, do seu rei e senhor. Na chefia da casa, a rainha devia ser ainda a suserana de terras e de homens, que estavam sob o seu domínio, e a dirigente de um corpo de oficiais públicos e domésticos, que a serviam<sup>14</sup>.

Com a família real e o séquito de vassalos e criados do rei e de damas e donzelas da rainha, a corte avisina tornou-se *exemplum* e acção. Era modelo de uma corte letrada, cortesã e devota. Corte que, itinerando pelos seus diversos paços, distribuídos pelas cidades e vilas mais importantes do reino, se tornava paradigma da moda cavaleiresca e galante, mas também dos padrões morais e doutrinários, que a nobreza e mesmo a burguesia deviam imitar. Corte essa, também sempre muito permeabilizada aos estrangeiros, até pela presença de embaixadores que, a múltiplos títulos – tratados de paz, acordos comerciais, estabelecimento de relações diplomáticas, contratos matrimoniais – a frequentavam.

Entretanto, D. João I, depois de anos agitados de guerras com Castela nas décadas de 80 e 90, trabalhou para obter a concertação entre os dois reinos, sendo finalmente assinado um tratado de paz prolongada, em 1411. E para este muito terão contribuído as relações familiares de D. Filipa e a actuação conjunta das meias-irmãs no contexto peninsular. Lembremos que, em 1390, subiu ao trono, ainda menor, Henrique III, casado com Catarina de Lencastre<sup>15</sup>. E, por morte deste, em 1406, sentou-se no trono o seu filho Juan II, com apenas dois anos de idade, ficando como regente sua mãe e o seu tio D. Fernando. Nesta conjuntura foram sendo assinados pactos de tréguas e tratados de paz para os quais se conjugaram as vontades e a acção diplomática e política de Catarina e Filipa.

Consolidada uma linhagem e uma corte, assegurada a paz e um governo estável, até com a associação do herdeiro do trono ao governo do reino, desde os inícios da segunda década de Quatrocentos, D. João I pôde então realizar o magno feito que lhe andaria há muito na mente – o avanço para Marrocos, a fim de lutar contra os muçulmanos. Feito de armas, no qual os seus filhos queriam ser armados cavaleiros, e que se concretizou na tomada da praça de Ceuta, a 21 de Agosto de 1415. Ceuta representou muito no projecto político de D. João I. A vitória marroquina ampliou e redimensionou Aljubarrota. O rei de Avis, que

14 Os diversos estudos que compõem a obra colectiva *Medieval Queenship*, ed. por John Carmi PARSONS, Sutton Publishing, Gloucestershire, 1998, enfatizam bem o sentido político dos poderes das rainhas na linhagem e na família.

15 A sua biografia apresenta-se na obra de ECHEVARRÍA, Ana, *Catalina de Lencaster. Reina Regente de Castilla (1372-1418)*, Hondarribia, Nerea, 2002.

fora cavaleiro pela sua causa, era agora cavaleiro de Cristo. Desde então “o rei de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta”, como passou a intitular-se, já não se impunha apenas aos vizinhos reinos peninsulares, mas a toda a Europa. E, a seu lado, os infantes, seus filhos, viram-se armados cavaleiros pelos mais nobres ideais, numa guerra santa. A emergente dinastia de Avis lançava âncoras seguras no reino de Portugal e ganhava fama além fronteiras.

Também nesta empresa D. Filipa foi apoio e incentivo. De facto, as crónicas de Fernão Lopes e de Zurara deixam-nos perceber que o rei auscultava e apoiava-se na sua rainha em vitais negócios diplomáticos e nos momentos políticos mais decisivos do reino<sup>16</sup>, por todos a expedição a Ceuta. A rainha foi chamada a dar o consentimento à expedição cruzadística<sup>17</sup>. Participou nas manobras diplomáticas para assegurar aos reinos cristãos que a armada portuguesa não se lhes dirigia. Escreveu ao rei de Aragão, tranquilizando-o, e teve de reiterar, perante uma moura, enviada pelo rei de Granada, os propósitos de não agressão do seu rei e marido. Nas vésperas da morte, armou ainda, simbólica e ritualmente, os seus filhos cavaleiros para melhor servirem na empresa de Cruzada e para se empenharem nos deveres futuros que lhes encomendou<sup>18</sup>.

E tendo falecido, em Julho de 1415, antes da partida da armada, ela foi tida, no espírito do rei, infantes e súbditos, como a rogatória da protecção divina para o desfecho vitorioso do feito. Na realidade, o exemplo da boa morte da rainha e os sinais da sua santidade, reproduzidos na prosa cronística de Zurara<sup>19</sup> e no seu epitáfio da responsabilidade do filho D. Duarte<sup>20</sup>, vão construir o último e mais elevado paradigma de D. Filipa, o de uma rainha santa.

Em síntese, D. Filipa transferiu para o reino de Portugal o prestígio e orgulho da sua ascendência inglesa. Assegurou a linhagem de Avis e garantiu a perenidade da dinastia inaugurada pelo seu marido. Crente esclarecida e convicta e senhora de vastos conhecimentos, ajudou a modelar, nos valores da fé, da cultura, da cavalaria, da etiqueta e do aparato, a família e a corte avisinhas, legando-lhes mesmo costumes e influências inglesas. Rainha, mãe e senhora, soube educar

16 Assim, quando a rainha veio para Coimbra, em 1387, depois de ter acompanhado um pouco o marido que avançava para a expedição anglo-lusa por terras de Castela, D. João ordenou que com ela despachassem doutores e prelados (LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom Joham I, Parte Segunda*, cap. XCIX) e, de facto, logo assim terá acontecido numa assembleia de prelados, fidalgos e povo, reunida em Maio, para tratar do financiamento da guerra.

17 Veja-se ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, publicada por FRANCISCO MARIA ESTEVES PEREIRA, Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1915, caps. XIX-XXI, XXXIV, XL-XLIII.

18 Cfr. COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I ...*, pp. 233-238; *D. Filipa de Lencastre...*, pp. 67-83.

19 ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XLIV-XLVI.

20 COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I...*, p. 390; *D. Filipa de Lencastre...*, pp. 86-90.

os filhos, preparando-os para altos destinos, e educar donzelas, que, pelo casamento, foram agentes reprodutivos do modelo da corte, na composição das linhagens e casas aristocráticas. Rainha e suserana, desempenhou uma assinalável acção social, caritativa e religiosa, foi administradora atenta dos seus senhorios, representando um capital assinalável no governo interno do reino. Rainha e diplomata, com intervenção nos principais negócios políticos da coroa e com actuação de mediadora da paz, valendo-se das suas redes familiares europeias e peninsulares, foi precioso auxílio na projecção do reino de Portugal além fronteiras. Finalmente a sua morte, ocorrida no meio de uma gloriosa empresa cavaleiresca e de cruzada ao serviço de Deus e da fé cristãs, e a sua auréola de santidade contribuíram para a reprodução e propaganda de uma memória sacralizada da dinastia de Avis, que se imporá no seio da cristandade pela sua missão expansionista e evangelizadora<sup>21</sup>.

**2.** Compreende-se bem que, nestes sucessivos contextos vitoriosos, os infantes e infantas de Avis fossem pretendentes cobiçados nos jogos diplomáticos das estratégias matrimoniais. E nesta política de união conjugal veremos que emigraram as descendentes femininas, para em Portugal se acolherem outras de reinos vizinhos, numa activa circulação de mulheres.

Digamos, antes de mais, que dos descendentes do casal real dois dos seus filhos ficaram solteiros – Henrique e Fernando – e um outro – João – casou com uma sua sobrinha. Recorde-se, porém, que foi justamente desta união de D. João, Mestre de Santiago, com a sua sobrinha Isabel, filha do conde de Barcelos e duque de Bragança e de D. Brites Pereira, descendente de Nuno Álvares Pereira, que nasceu D. Isabel que desposará D. Juan II de Castela, sendo estes os progenitores de Isabel a Católica.

Entretanto, se D. João I não manteve qualquer ligação extra-conjugal durante e depois do casamento com D. Filipa, enquanto Mestre de Avis tomou-se de amores por uma dona e teve dois filhos, D. Beatriz e D. Afonso. Tais filhos, ainda que ilegítimos, foram sempre muito estimados e prezados por D. João e D. Filipa. Frequentavam a corte, o monarca ouvia por vezes D. Afonso no conselho régio, e convocou-o para importantes missões políticas e militares, vindo mesmo este, como atrás referimos, a casar-se com a única filha de Nuno Álvares Pereira, o que deu origem à poderosa casa de Bragança.

<sup>21</sup> O protagonismo das rainhas, que primeiro se estudou no contexto da história das mulheres e depois no âmbito dos enquadramentos jurídicos, foi analisado na obra de CASANDEY, Fanny, *La reine de France. Symbole et pouvoir*, Éditions Gallimard, Paris, 2000, como parte integrante da cerimonialização do poder e da construção política da monarquia.

No contra-dom da aliança matrimonial anglo-lusa, que D. Filipa protagonizara, D. João I enviará a sua filha D. Beatriz para terras inglesas. E foi a própria rainha que tratou do casamento dessa filha ilegítima do monarca<sup>22</sup>. Para reforço da aliança inglesa o escolhido foi o conde de Arundell, Surrey e Warrenne. D. Beatriz, acompanhada por uma vasta embaixada, em que figuravam o seu irmão D. Afonso e o alferes do reino, virá a casar religiosamente no palácio de Lambeth, a 26 de Novembro de 1405, abençoada pelo arcebispo de Cantuária e tendo assistido ao acto o irmão de D. Filipa e rei de Inglaterra, Henrique IV, e a rainha. Ficando depois viúva e sem filhos, contrairá um segundo matrimónio, desta vez com o duque de Exeter e conde de Huntingdon, John Holland, de novo consolidando a aliança anglo-lusa. O seu irmão D. Afonso, após ter participado no princípio casamento, em Inglaterra, aproveitou os anos subseqüentes para viajar, alcançando mesmo a Cidade Santa de Jerusalém, e visitou diversas cortes estrangeiras, como Veneza, onde foi muito bem recebido.

A internacionalização da linhagem de Avis atingiu, porém, o seu ponto alto com a viagem que o infante D. Pedro levou a efeito pela Cristandade, entre os anos de 1425 e 1428, percorrendo a Inglaterra, a Flandres e a Alemanha até atingir a Hungria<sup>23</sup>. Nesse reino, ao lado de Segismundo, como valoroso cavaleiro, avançou até à Boémia e à Rússia, lutando contra os Turcos. Como recompensa, recebeu a marca de Treviso, e, no regresso ao reino, viajou largamente por muitas cidades italianas e depois pelos vários reinos da Península Ibérica. Durante três anos foi, na realidade, o embaixador de Portugal em terras estrangeiras, aí firmando o prestígio desta nação que se abria à Europa e ao mundo. Este vasto périplo tê-lo-á moldado como um dos primeiros senhores de Quatrocentos a perceber a dimensão europeísta da civilização e da cultura ocidentais.

No seu regresso a Portugal, corriam as festividades do casamento do herdeiro do trono, D. Duarte com D. Leonor de Aragão, matrimónio que teve lugar em Coimbra, em Setembro de 1428<sup>24</sup>. D. Leonor era a filha de D. Leonor Albuquerque – uma bisneta de Inês de Castro, por parte de sua filha Beatriz – e de Fernando I de Aragão<sup>25</sup>. Esta união tinha em vista o equilíbrio das forças internas na

22 Sobre este casamento leia-se COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I ...*, pp. 172-173; SILVA, Manuela Santos, “O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) —paradigma documental da negociação de uma aliança”, in *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Caleidoscópico-Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, pp. 27-41.

23 Viagem estudada por ROGERS, Francis M., *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Harvard University Press, Cambridge-Massachusetts, 1961.

24 Cfr. DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005, pp. 94-128; COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I ...*, pp. 173-175.

25 Um análise da rainha Leonor de Aragão apresenta OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *Rainhas medievais de Portugal*, pp. 433-480. Uma breve biografia da mesma se deve a VENTURA, Margarida; ARAÚJO, Julieta,



Península Ibérica, uma vez que na década de 20 do século XV o reino avançava já, decisivamente, num caminho pacificador. Uma aliança matrimonial com Aragão, no contexto de uma enorme proeminência dos infantes de Aragão em Castela e Navarra, e mesmo no Mediterrâneo em terras de Itália, era preciosa para manter uma paz definitiva entre Portugal e Castela e para favorecer os interesses económicos do reino.

Por sua vez D. Pedro casará também, no ano seguinte, com uma dama aragonesa, Isabel, a filha do duque de Urgel<sup>26</sup>. O infante escolheu noiva no mesmo reino de Aragão, mas envolvendo estratégias diferentes. Buscara a filha do conde de Urgel, o opositor de Fernando I de Aragão, jogando nesta aliança um contra-poder. Mas numa estratégia global de política externa do reino, estas uniões, em diversas frentes peninsulares, poderiam obstar à hegemonização de um poder, sobretudo o castelhano, e facilitar a paz definitiva entre Portugal e Castela, a qual se veio na realidade a assinar, em 1432.

**3.** Mas será Isabel, a descendente feminina legítima da casa de Avis, que cumprirá, no mais alto desempenho, o superior papel que, no geral, cabe às mulheres de elevada condição, como peça chave na muito elaborada rede diplomática da política matrimonial<sup>27</sup>. E para esse papel estaria particularmente dotada e experimentada já que, após a morte de sua mãe, em 1415, ela ficou à frente da casa da rainha, que desde então se institucionalizara, e cumpria esse papel de rainha na ambiência familiar e domesticidade da corte.

O seu casamento com o poderoso duque da Borgonha, Filipe o Bom, dava continuidade às relações de Portugal com a Borgonha e a Flandres e traduzia bem a comunidade de interesses, ao tempo, dos países da fachada atlântica e da Mancha com todos aqueles que dominavam o Mediterrâneo<sup>28</sup>.

O duque enviou, a 19 de Outubro de 1428, uma embaixada a Portugal, em que se incluía o pintor Jan van Eyck, para negociar o seu casamento com a filha do rei de Portugal. Depois de mandado o retrato da noiva e recebido o acordo do duque,

*D. Leonor de Aragão, A triste rainha*, QuidNovi, Matosinhos, 2011.

26 COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I...*, pp. 175-177, já depois de escrito este trabalho foi publicada a biografia desfas aragonesas por RODRIGUES, Ana Maria S. A., *As tristes rainhas. Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.

27 A sua desenvolvida biografia deve-se a SOMMÉ, Monique, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*, Presses Universitaires du Septentrion, Villeneuve d'Ascq (Nord), 1998. Recentemente foi publicada em Portugal uma breve biografia desta infanta por MARTINS, Maria Odete Sequeira, *Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha (1397-1471)*, QuidNovi, Matosinhos, 2011.

28 Sobre este casamento leia-se também COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, pp. 169-172.

o contrato nupcial foi assinado em Lisboa, a 24 de Julho de 1429. O casamento por procuração, na pessoa do cavaleiro Jean de Roubaix, teve lugar, no paço do castelo, logo no dia seguinte, na presença do rei, infantes, prelados, cavaleiros, damas e donzelas e muita outra gente de todos os estados.

D. Duarte organizou, em honra de seu pai e irmã, e antes da partida da infanta, um banquete comemorativo, a 26 de Setembro, e promoveu dois dias de justas na Rua Nova. Rezada uma missa solene de despedida, na catedral de Lisboa, a 29 de Setembro, no dia seguinte D. João e os infantes conduziram D. Isabel até ao navio que a levaria à Flandres. Todavia, só a 8 de Outubro partiram do Tejo as 14 naus e 2000 pessoas que acompanhavam a infanta, entre as quais se contavam o seu irmão D. Fernando, o seu sobrinho D. Afonso, conde de Ourém, e o bispo de Évora. A viagem foi tormentosa, com desvio de navios, paragens forçadas na Galiza e em Inglaterra, e mesmo com doenças. A infanta aportou em Écluse apenas a 25 de Dezembro, sendo recebida com muita alegria.

O casamento realizou-se nessa cidade, a 7 de Janeiro de 1430, presidido pelo bispo de Tournai. Mas os ricos festejos tiveram lugar em Bruges, desde logo com um pomposo cortejo de entrada, a 8 de Janeiro, e prolongaram-se durante uma semana em banquetes, danças e justas, havendo por tal ocasião sido criada a ordem dos cavaleiros do Tosão de Ouro, na qual foi logo investido, com o colar de ouro, o duque e vinte e quatro cavaleiros da mais alta linhagem.

Estas honrarias à duquesa da Borgonha, nunca antes prodigalizadas em tais circunstâncias, justificavam-se pela linhagem real de D. Isabel e o alto prestígio da dinastia de Avis, ainda que o duque quisesse também nelas simbolizar e reafirmar o seu poder.

E, nesse sentido, D. Isabel foi uma sua preciosa colaboradora e deixou nome na política interna do ducado, ajudando o seu marido nas difíceis negociações com os reis de França e Inglaterra, na fase final da Guerra dos Cem Anos, valendo-se para tal das suas relações familiares inglesas.

Para Portugal, a presença desta infanta na Flandres representou um forte apoio à feitoria portuguesa de Bruges e às dinâmicas relações comerciais entre Portugal e os Países Baixos, dobradas de frutuoso intercâmbio de índole cultural e artístico e de um empenhado mecenato de Isabel.

A seu irmão D. Duarte ofereceu um *Livro de Horas* de artistas flamengos, e terá promovido a divulgação em Portugal da obra de Cristina de Pisa, *O Livro das Três Virtudes*, conhecida depois na tradução portuguesa como *O Espelho de Cristina*. Mas igualmente levou para a Borgonha livros elaborados em Portugal, como um

livro de Horas escrito em português e um outro, bilingue, redigido em latim e em português. Fez chegar a Portugal, em vários navios, quadros, esculturas e obras de arte de origem flamenga.

Em Florença mandou erguer, para o seu sobrinho D. Jaime, um soberbo mausoléu. Não menos se comprometeu na árdua empresa de reabilitar a memória de seu irmão D. Pedro – morto, como sabemos, na batalha de Alfarrobeira, em 1449 – e para ele reclamou uma condigna sepultura no mosteiro da Batalha, bem como protegeu as pessoas e bens de seus sobrinhos. Recebeu, como exilados, na corte borgonhesa, João, Jaime e Beatriz, suportando os encargos materiais da sua estadia e afadigando-se com vista à melhor colocação social e política desses familiares. Este prestigiado patrocínio guindará Jaime, na carreira eclesiástica, de bispo de Arras à púrpura cardinalícia de Santo Eustáquio, João, a rei de Chipre, pelo seu casamento com Charlotte de Lusignan, e Beatriz a uma reputada união com o duque de Clèves, sobrinho de Filipe o Bom. Sem esquecer que o primogênito do infante D. Pedro, o Condestável e Mestre de Avis D. Pedro, foi, por alguns anos, rei de Aragão.

Nunca D. Isabel terá esquecido o reino de Portugal nem a sua família. Por isso se entristeceu com o cativo de D. Fernando, apoiando mesmo com navios uma possível expedição para o seu resgate. Regozijou-se com a conquista de Arzila, em 1471, encomendando, alguns meses antes da sua morte, ocorrida em Dezembro desse ano, um elogio dessa vitória a Jean de Wavrin. Promoveu cerimônias fúnebres, em 1433, na Sainte Chapelle de Dijon, pelo falecimento de seu pai, como depois outras pelo desaparecimento de seus irmãos João e Pedro, o que bem demonstra a sua sensibilidade religiosa e o seu culto familiar. Assumiu-se sempre como uma descendente da dinastia de Avis a marcar presença numa das mais reputadas cortes europeias. E soube transmitir esse orgulho pátrio a seu filho (o único que sobreviveu dos três que teve), Carlos, o Temerário, que gostava de se dizer português.

Empenhou-se ainda noutras alianças matrimoniais, mas sem êxito, como a da sua sobrinha Joana, filha de D. Duarte, com o rei da Hungria, Ladislau, neto de Segismundo, e a da infanta Leonor, irmã da anterior, com o delfim da França.

Na realidade D. Joana veio a casar com o rei de Castela Henrique IV, acabando por morrer em Madrid em 1475.

Já D. Leonor se consorciou com o imperador da Alemanha Frederico III, cabendo as negociações a seu irmão, o rei de Portugal D. Afonso V e ao seu tio materno D. Afonso V, rei de Aragão e de Nápoles.

4. Na verdade, esta neta de D. João I levará consigo para bem longe a fama e prestígio do reino de Portugal<sup>29</sup>. Em Nápoles, sob o patrocínio de Afonso V, rei de Nápoles, foi assinado o seu contrato nupcial, a 10 de Dezembro de 1450. No ano seguinte partiam da Alemanha, em Março, os embaixadores do imperador, para, depois de uma longa e agitada viagem, estarem a apresentar-se perante o rei de Portugal, no mês de Agosto<sup>30</sup>.

O casamento, por palavras de presente, teve então lugar em Lisboa, a 9 de Agosto de 1451. E antes da partida da infanta desenrolaram-se longos festejos, talvez os maiores até então empreendidos por um monarca de Avis, por entre banquetes, desfiles, cortejos históricos, danças, representações teatrais, justas, jogos, touradas, caçadas e cerimónias religiosas, que decorreram de 13 a 25 de Outubro de 1451.

No fim da festa impôs-se a tristeza da partida. De Lisboa saiu por mar D. Leonor, a 12 de Novembro, acompanhada de uma esquadra composta por 9 navios e um corpo de 3000 homens, onde se contavam grandes vassallos da corte e mesmo o bispo de Coimbra. A travessia foi tormentosa e perigosa pela ameaça dos mouros em África, já que a armada tocou Ceuta, de piratas dos mares nas ilhas do Mediterrâneo e de uma tempestade em Marselha. D. Leonor conheceu, assim, como muitos dos homens e mulheres da sua linhagem e do seu reino, em viagens de diplomacia e casamento, em feitos de conquista ou em rumos de descoberta, a temível aventura dos mares.

Desembarcou por fim em Livorno, a 7 de Fevereiro de 1452, e por terra avançou até Siena, onde conheceu, sob as bênçãos do bispo da cidade, Eneas Silvio Piccolomini, o seu esposado, cerimónia pintada por Pintorrichio. Mas só no mês seguinte, a 16 de Março, na igreja de S. Pedro de Roma, o papa Nicolau V abençoou, com toda a solenidade, o casal. Para, finalmente, a 19 de Março, ter lugar a coroação e sagração do imperador Frederico III e de D. Leonor, que foi ungida nas espáduas e no braço direito pelo papa, saindo o casal de S. Pedro com as suas coroas na cabeça.

D. Leonor era desde então imperatriz, *de facto*. A Medalha da Rosa, cunhada nessa ocasião, revela-a, quase esfíngica, nessa majestade cesárea, com a açucena na mão, sinal da sua virgindade. A infanta recebera, na verdade, o que nenhum rei da dinastia de Avis obtivera, a sagração e coroação real, que, mesmo a ter existido, nunca poderia vir pela mão do papa. Magna riqueza de

29 Uma breve biografia desta infanta traça COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. Leonor de Portugal, a Imperatriz*, QuidNovi, Matosinhos, 2011.

30 As etapas deste acordo matrimonial encontram-se ainda estudadas no artigo de COELHO, Maria Helena da Cruz, "A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha", *Revista Portuguesa de História*, 36, t. 1 (2002/2003), pp. 41-70.

um capital simbólico que, por meio de D. Leonor, se acrescentou à sua linhagem e ao seu reino.

A imperatriz avançará logo depois para Nápoles, onde foi recebida com grandes festas por seu tio, Afonso V de Aragão, e aí se consumou o matrimônio imperial. Partiu, por fim, para a sua futura pátria, em Abril de 1452, sendo o casal ainda muito festejado em Veneza, para atingir Neustadt, na Áustria, em meados de Junho.

Na sua nova terra não terá, porém, sido feliz. A guerra acompanhou os anos de D. Leonor como imperatriz da Alemanha. Acrescentando-se-lhe a dor da morte de três dos seus cinco filhos, que a diferença de mentalidades e comportamentos entre os dois cônjuges ainda mais agudizaria. Morreu pois cedo, pouco depois do seu último parto, com trinta e três anos de idade, sendo sepultada no convento de Cister, em Neustadt, ao lado dos restos mortais das suas crianças desaparecidas com poucos meses de idade. Mas terá deixado grata lembrança nos seus súbditos e no coração do seu filho, o imperador Maximiliano I, avô do poderoso Carlos V.

**5.** Concluamos. A circulação das mulheres pelo matrimônio foi, como esperamos ter provado, um motivo estruturante da política de Avis.

Com D. Filipa e D. João fundou-se a linhagem, que amplamente se alargou a cinco varões e uma donzela, e consagrou-se o poder real de uma dinastia forte e projectada na Europa e além mar.

Com a imigração de duas mulheres de Aragão para o reino alicerçou-se a paz no contexto da Península Ibérica e assegurou-se a reprodução da linhagem avisina e a transmissão hereditária do poder régio.

Com a emigração das suas descendentes legítimas e ilegítimas a árvore dinástica de Avis estendeu os seus ramos e enraizou-se além-fronteiras.

Os matrimônios das mulheres da linhagem foram penhor de alianças diplomáticas, que estreitaram laços políticos de paz e concórdia, consolidaram frutuosas relações comerciais e fomentaram estimulantes intercâmbios culturais.

Estas mulheres tornaram-se agentes privilegiados de uma dinâmica interculturalidade e de uma internacionalização de modas, gostos e comportamentos nas cortes europeias. Com elas circulavam oficiais e servidores, livros e objectos artísticos, artes da mesa e do trajar, modelos de espiritualidade ou de cortesia, que fomentaram os intercâmbios culturais e civilizacionais, quebrando isolamentos políticos e rasgando novos e abertos horizontes de pensamento e acção.

Nas cortes europeias as infantas de Avis, com os seus séquitos, assumiram-se como as embaixadoras permanentes de Portugal, viabilizando a ascensão social de muitos membros da sua parentela e clientela e favorecendo amigáveis e rentáveis contactos e negócios bilaterais para o reino.

E os frutos dos seus matrimónios deram, muitas vezes, origem a ilustres descendentes, que reprodutivamente firmaram novas alianças. Por todos recorde-se o imperador Carlos V, que virá a casar com Isabel de Portugal, a filha do venturoso D. Manuel I, o rei das Índias e da Terra de Vera Cruz.

Estas mulheres da dinastia de Avis, como tantas outras das demais linhagens régias ou senhoriais, constituíram elos firmes e esteios fecundos das alianças entre os reinos da cristandade. E assim, as mulheres em geral, com a sua mobilidade e subsequente enraizamento, contribuíram decisivamente para dar corpo à marca identitária da Europa, a um tempo singular nas suas pátrias e uma na sua matriz civilizacional e cultural.